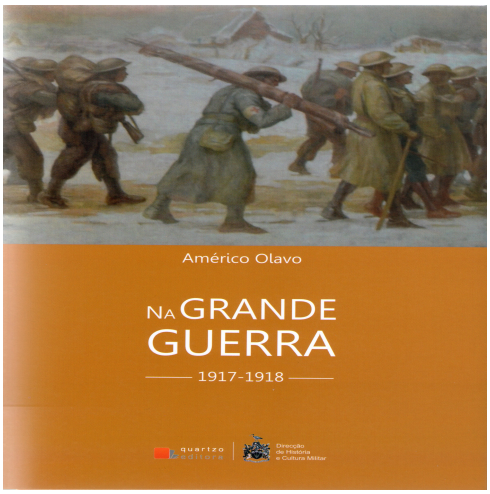
Crónicas Bibliográficas

Mestre
Fátima Mariano



«Américo Olavo: o homem, o militar, o político e o revolucionário»[1]

Biografar Américo Olavo, é uma missão complexa – pois Américo Olavo praticamente não nos deixou escritos seus – mas também por isso, muito mais interessante e recompensadora para mim enquanto investigadora.

Não sendo um nome totalmente desconhecido de quem se dedica ao estudo da I República e, em particular, da Grande Guerra, a verdade é que Américo Olavo ainda não tinha sido merecedor de uma verdadeira biografia. O seu nome consta de dicionários e de enciclopédias, é um facto. Contudo, a sua curta mas intensa vida tem sido retratada apenas em traços gerais, não se tendo ainda dado o devido destaque àquele que foi uma das grandes figuras deste período tão conturbado da nossa história contemporânea.

Urgia, pois, dar-lhe o devido valor, reconhecer e recordar os seus feitos enquanto

homem, político e militar, o que é feito aqui, hoje, perante todos vós, com a reedição do seu livro «Na Grande Guerra» e o estudo introdutório que o acompanha. Uma reedição que vê a luz do dia num ano simbólico: no dia 8 de Fevereiro, assinalaram-se os 90 anos da morte de Américo Olavo; no dia 27 de Maio, fará 100 anos que este partiu para França integrado no Corpo Expedicionário Português. Mas antes de nos debruçarmos na obra propriamente dita, apresentemos o seu autor.

Américo Olavo Correia de Azevedo, de seu nome completo, nasceu no Funchal, no dia 16 de Dezembro de 1881, no seio de uma das famílias mais importantes do arquipélago da Madeira. Era o filho mais novo de Carlos Olavo Correia de Azevedo e de Maria Adelaide Cabral de Azevedo e irmão de Carlos Olavo (também ele uma figura bastante conhecida da I República e combatente na Grande Guerra) e de Mauro Olavo (o menos conhecido dos três irmãos). Casou duas vezes: em 1915, com Fanny Manorrof, uma cidadã russa; e em 1924, com Maria Ernestina Santos Soares de Albergaria. Não teve filhos de nenhum dos casamentos.

Estudou na Escola Politécnica, em Lisboa, onde travou conhecimento com algumas das mais importantes figuras dos movimentos republicano e maçónico, aos quais prontamente aderiu. Pertenceu ao Partido Republicano Português, ao Partido Reconstituinte e ao Partido Republicano Nacionalista; fez parte da Maçonaria Académica; esteve na fundação da Liga Académica Republicana, em 1900, juntamente com o irmão Carlos; aderiu à Maçonaria em 1901 e foi um dos co-fundadores da Escola 31 de Janeiro, na Parede, em Cascais, um projecto que pretendia promover o ensino primário de crianças de ambos os sexos e que ainda hoje funciona.

Esteve envolvido em todos os golpes e revoltas de defesa dos ideais republicanos. Desde o combate à ditadura de João Franco, em 1906; à preparação do Regicídio, em 1908; à revolução de 5 de Outubro de 1910, que instaurou a República em Portugal, aos movimentos revolucionários de 1915 até à chamada Revolta de Fevereiro de 1927, durante a qual perdeu a vida. Mas já lá iremos.

Instaurada a República, em 1910, foi convidado para chefiar o gabinete do ministro da Guerra do Governo Provisório, António Xavier Correia Barreto. Em Maio de 1911, foi eleito deputado à Assembleia Constituinte pelo círculo de Castelo Branco e, entre 1911 e 1925 (à excepção do período sidonista), foi eleito deputado à Assembleia da República, sempre pelo círculo do Funchal. Pertenceu aos Jovens Turcos, um grupo de oficiais republicanos, chefiado por Álvaro Xavier de Castro, que defendia uma reforma radical do Exército e uma purga política. Foi ainda ministro da Guerra, entre Março e Junho de 1924, tendo o seu curto mandato ficado marcado pela chamada revolta dos aviadores da Amadora, que não aceitaram a substituição do major de cavalaria aviador Cifka Duarte pelo coronel Morais Sarmento como director do Grupo de Esquadrilhas de Aviação «República».

Em termos militares, iniciou a carreira em Agosto de 1901, quando se alistou como voluntário no Regimento de Infantaria n.º 5, sendo promovido a Alferes em Novembro do mesmo ano. Concluiu o curso de Infantaria da Escola do Exército, em 1904, e o curso da

Escola Colonial, em 1912. Passou por vários regimentos e foi sendo sucessivamente promovido até atingir o posto de Capitão, em 1915, e o de Major, em 1922, altura em que passa à disponibilidade.

Voluntariou-se para a guerra, logo em Agosto de 1914, quando o então presidente da República, Bernardino Machado, apresentou na Câmara dos Deputados uma proposta para que Portugal acompanhasse a Inglaterra, a sua velha aliada, no conflito então emergente. Partiria para a Flandres, em 27 de Maio de 1917, como comandante de uma companhia do Regimento de Infantaria n.º 2. E é precisamente sobre a sua vivência na frente europeia da guerra que nos fala o livro «Na Grande Guerra», inicialmente publicado em 1919 e que em boa hora a Direcção de História e Cultura Militar decidiu reeditar.

Trata-se de uma obra imprescindível para quem quer conhecer o Portugal de então, «um país de ignorantes, preguiçosos e indisciplinados», segundo Américo Olavo; para conhecer o contexto político da época, as circunstâncias que ditaram a participação de Portugal na guerra, as condições em que os militares do C.E.P. sobreviveram na Flandres, a Batalha de La Lys, durante a qual Américo Olavo foi feito prisioneiro.

Trata-se de uma obra escrita com uma linguagem muito simples e crua, sem grandes floreados, em que o autor tem a preocupação de explicar determinados conceitos a quem não domina os assuntos militares, como, por exemplo, «formar caixa» ou «raid». Em que o autor, um guerrista convicto, como vimos, não se abstém de tecer críticas seja a quem for, nem mesmo aos seus camaradas oficiais, ou melhor dizendo, sobretudo aos seus camaradas oficiais, que tentaram, pelos mais diversos expedientes, evitar que os mandassem para o teatro de guerra ou, uma vez em França, para os locais mais perigosos, evitando «dar o seu esforço à admirável causa da salvação da civilização latina» (palavras do autor).

São ainda de Américo Olavo estas palavras: «Alguns oficiais fizeram da profissão militar apenas um meio de vida, uma forma de receber alguns escudos em cada mês que serviam para alimentar uma moléstia preguiçosa, uma existência vegetativa, apagada». E a propósito da não rendição das tropas que estavam na frente de batalha diz: «Os benefícios são para os que descansam; para os que se sacrificam há apenas... mais sacrifícios».

Mas este é um livro que fala também dos momentos de convívio entre camaradas, dos jantares fartos e bem regados de vinho e de cerveja, dos passeios de caleche, dos medos e das esperanças, do contacto com as populações locais, dos amores e desamores pelas *mademoisselles*, da visita de Adriano de Sousa-Lopes, o único artista oficial do Exército Português, que lhe dedicou uma das suas obras maiores, *A Rendição nas Trincheiras*, retratando-o à cabeça do cortejo, de bengala. Obra esta que se encontra na capa da nova edição do livro e cujo original poderá ser admirado nas salas da Grande Guerra do Museu Militar de Lisboa, aqui tão perto. Seria Adriano de Sousa-Lopes o autor da capa da primeira edição do livro «Na Grande Guerra», em 1919.

A obra acaba no momento em que Américo Olavo é capturado pelos alemães juntamente com cinco camaradas, em 9 de Abril de 1918. Uma vez prisioneiro, passou pelo campo de Rastatt, onde se cruzou com o seu irmão Carlos, e pelo campo de Breesen, onde permaneceu até Dezembro, mês em que foi libertado, regressando a Portugal, em Fevereiro de 1919.

Ao longo da sua carreira como militar recebeu vários louvores e condecorações, tendo sido o primeiro militar português que participou na Grande Guerra a receber a Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito.

Américo Olavo lutou, até ao fim, pelos ideais nos quais sempre acreditou. E foi em defesa desses ideais que acabou por perder a vida no dia 8 de Fevereiro de 1927, em Lisboa, durante o movimento de combate à ditadura militar, instaurada em 28 de Maio de 1926, após o golpe de Estado liderado pelo general Gomes da Costa, também ele um antigo combatente da Grande Guerra. Tratou-se de uma das primeiras tentativas da oposição republicana e democrática para derrubar o novo regime político, sem sucesso. Nesse início de Fevereiro de 1927, morreram mais de 100 pessoas no Porto e 90 em Lisboa, uma das quais foi Américo Olavo.

A morte de Américo Olavo continua ainda hoje por esclarecer. Terá sido acidental ou premeditada? Sabe-se que foi atingido a tiro em sua casa, na Rua de Sant'Ana à Lapa, por militares afectos ao regime. Os seus correligionários dizem ter-se tratado de um assassínio; a versão oficial refere que o disparo foi acidental e ocorreu durante uma busca à sua residência, na sequência de uma denúncia que dava conta de ali estar reunido o comité revolucionário.

A bala fatal atingiu-o no tórax, perfurando o pulmão e o coração. Américo Olavo foi ainda transportado ao Hospital Escolar, mas viria a morrer pelas 22 horas desse mesmo dia, aos 44 anos. Ao saber da sua morte, a mãe, que a tudo assistiu, subiu ao telhado da residência com o intuito de se suicidar, tendo sido travada por outros familiares.

O funeral de Américo Olavo realizou-se no dia 13 de Fevereiro e neste participaram cerca de três mil pessoas, entre familiares e amigos, políticos e militares (incluindo vários combatentes belgas da Flandres), alunos da Escola de Guerra (onde era professor) e muitos, muitos cidadãos anónimos. A urna, coberta com a bandeira nacional, foi depositada no jazigo da família de José Lourenço da Silva Gomes, no Cemitério dos Prazeres. Em 15 de Dezembro de 1936, o seu corpo foi transladado para o jazigo de família, no mesmo cemitério, onde estão igualmente depositados os restos mortais de sua mãe.

Américo Olavo morreu como sempre viveu, lutando por valores que antes, como hoje, nos são tão caros: a justiça, a liberdade, a igualdade, a fraternidade.

Honremos, pois, a sua memória, não o deixando cair no esquecimento.

Dr.ª Fátima Mariano

A *Revista Militar* felicita a Direção de História e Cultura Militar pela publicação desta obra, com edição da *Quartzo Editora,* e agradece o exemplar que foi ofertado para o acervo da Biblioteca.

---

1 Discurso proferido nas Cerimónias Comemorativas do 58.º Aniversário da Direção de História e Cultura Militar, que tiveram lugar no dia 17 de Março de 2017, no Palácio dos Marqueses do Lavradio, em Lisboa.